QUANDO O LUGAR DA REDACÇÃO CONDICIONA A COMPOSIÇÃO DO *PLATEAU* INFORMATIVO: ANÁLISE DO NOTICIÁRIO *À NOITE, AS NOTÍCIAS* (RTPN)

Felisbela Lopes

A informação televisiva: um mapa que reflecte e reconstrói o espaço público

De tão presente no nosso quotidiano quase não damos pela sua presença, mas a televisão lá está, comodamente instalada em nossas casas, abrindo diante de nós um mundo que também é assim porque ela existe. Curioso: pelo pequeno ecrã temos acesso àquilo que de mais importante se passa à nossa volta, mas a construção audiovisual da realidade também redesenha o mundo que temos (Lopes, 2008). Chamando a si o papel de "aduaneiro", o jornalista selecciona temas, instituições e pessoas que serão expostas à luz pública, passando-os, deste modo, para o centro da comunicação pública. José Luis Dader (1992, p. 152) encara a classe como um "novo rei Midas, capaz de converter, não em ouro, mas em 'público' tudo aquilo em que toca". Na configuração desse mapa social, os jornalistas que trabalham em televisão têm aí uma influência importante. Charo Lacalle (2001, p. 21-23) fala da realidade construída pelo pequeno ecrã como uma "cartografia virtual do espaço de representação" que reconhece apresentar um desenho diferente da "geografia do mundo", mas que reúne uma força de representação tal que suplanta o mundo empírico. Jean-François Tétu (1993) também vê os *media* em termos de "carta geográfica", a qual, na sua perspectiva, difere da experiência ao nível do "território". De Joshua Meyrowitz (1986) recolhemos igualmente reflexões importantes para pensar

o impacto da televisão em termos de espaço. Modificando as coordenadas espaciais do mundo empírico, a realidade que passa através do pequeno ecrã instala um "aqui" com um sentido diferente daquele que experimentamos no nosso dia a dia, baralhando a nossa percepção de espaço. Cria-se, assim, uma sensação de "ubiquidade espacial" entre o "aqui" do telespectador e o "lá" que tanto pode ser o espaço do estúdio ou o lugar onde o acontecimento ocorreu. À proximidade física sucede uma proximidade virtual da qual resulta uma comunidade cada vez mais global, que experimenta progressivamente maiores dificuldades em permanecer presa a um lugar de origem e em traçar fronteiras entre aquilo que é público e o que pertence ao seu espaço privado.

Dominique Wolton, apesar de retirar à televisão a exclusividade de estruturar ou redimensionar o espaço público, reconhece-lhe poder para se assumir como um meio que desempenha aí uma influência não-negligenciável. Daí falar de um "espaço público mediatizado" que poderia assumir-se como um lugar privilegiado para ajudar a criar uma democracia mais participativa. O sociólogo francês tem em mente uma televisão diversificada nos seus conteúdos e aberta à participação de diferentes interlocutores: "Quanto mais a televisão é um espelho, permitindo à maior parte das categorias sociais encontrarem-se, mais limita a exclusão de populações, que se sentem à margem da sociedade" (1997, p. 102). Essa janela aberta contra exclusão por onde passariam realidades poliformes atenuaria, assim, a "espiral do silêncio" de que fala Elisabeth Noëlle-Neumann (1995, p. 200-209). Atendendo aos gostos da maioria, mas também às realidades socioculturais periféricas, a televisão assumir-se-ia como um factor de integração, "capaz de acolher e acomodar todo aquele que não encontra um espaço próprio em nenhum outro lugar" (Lacalle, 2001, p. 41). Não é isso que se passa em grande parte dos programas de informação, pois os jornalistas apelam quase sempre para as mesmas pessoas, uma tendência que resulta numa evidente saturação do público, que vê sempre as mesmas perso-

nalidades, cujo discurso se adivinha com facilidade. Estudando os debates televisivos dos canais franceses ao longo de 40 anos, Sébastien Rouquette embora tenha constatado que houve alterações significativas no modo de organização dessas emissões e nos papéis esperados dos convidados, notou que o tipo de interlocutores escolhidos para esses programas não sofreu mudanças:

> A imagem dominante dada da França que conta, a que acede a este espaço colectivo, recruta-se na maioria dos casos entre os médicos, publicitários, jornalistas, comediantes, escritores, quadros superiores etc., ou seja, entre os engenheiros sociais aos quais se juntam, numa proporção menor, desportistas, professores, enfermeiras e quadros médios do terciário. Quer seja para encontrar soluções, defender ideias, julgar ou explicar o seu caso, mostrar o que se faz, confrontar opiniões singulares ou propor uma experiência representativa de um grupo, são sempre os mesmos que maioritariamente falam (2001, p. 296).

Num ensaio em que diz tratar de algo próximo daquilo "a que os historiadores chamam mentalidades", José Gil (2005, p. 141) deixa notas impressivas sobre a informação mediática que se desenvolve em Portugal muito próximas daquelas fixadas por Rouquette. Assegurando que o direito à palavra mediática se circunscreve a um grupo restrito, afirma: "Somos os melhores exemplos europeus de arcaicos pós-modernos. Longe de criar uma zona de respiração e um fora, os *media* amplificaram a comunicação social para novamente a fechar" (2005, p. 33).

Embora a liberdade de expressão esteja amplamente reconhecida, isso não implica uma opinião reflectida e diversificada ao nível da informação televisiva. Situando-se naquilo que é tornado público, Wolton (1997, p. 176) lembra que "publicidade" pode não ser sinónimo de "qualidade" ("o que é conhecido não é forçosamente importante e o que é importante nem sempre é conhecido"). Por outro lado, sublinha que a profusão de informação não implica uma melhor comunicação ("não há ligação directa entre liberdade de opinião e diversidade de opiniões emitidas"). Para quebrar o "círculo vicioso" do monocronismo temático e testemunhal, Wolton defende que há de "alargar o círculo dos que falam" (1997, p. 158), "procurar um pouco mais longe os indivíduos capazes de intervir" (1997, p. 159). Mais do que a "mediatização", é hoje necessário construir "mediações", ou seja, "filtros cognitivos", que façam compreender outras realidades, outros sistemas simbólicos (1997, p. 170-1). A televisão pode ser actualmente uma chave interpretativa fundamental, ajudando a inserir-nos nos espaços onde habitamos e a perceber o que nos rodeia. Para que tal se concretize, será necessário que a informação televisiva reflicta as preocupações e os problemas da sociedade de modo a levar o indivíduo a melhor entender os sistemas que influenciam o quotidiano. A ideia aqui é a de um espaço público alargado onde seja possível levar o actor a encontrar o seu lugar na sociedade. A este nível, Daniel Cornu atribui um papel estruturante aos meios de comunicação social: "Por que não recuperar os *media* como lugar de discussão da sociedade civil?" (1999, p. 222).

Actualmente, vivemos em territórios flutuantes, talvez porque também mudamos permanentemente de espaços. Nesse enraizamento dinâmico que o quotidiano obriga a fazer, muitos dos lugares aos quais nos ligamos constituem-se como entidades mentais. Pertencemos a micromundos, grande parte das vezes sem existência material, através dos quais delineamos uma espécie de geografia imaginária. Michel Maffesoli (1990, p. 217) considera "esse travelling incessante através de múltiplos espaços" uma característica-chave das cidades contemporâneas que se constroem actualmente como "um lugar vivido com os outros". Grande parte das vezes de forma vicária. É também isso que revigora a informação televisiva: nela cabem (quase) todas as cenas. Uma a seguir a outra. Uma diferente da outra. Dela

emana uma força imaterial que assegura a importância de estar em conjunto sem ocupar fisicamente o mesmo lugar. O pequeno ecrã torna-se, assim, uma espécie de mapa que tanto precede como engendra um território. Por isso se torna importante conhecer o que aí é dito e silenciado.

Instalando um espaço intermediário entre o domínio público, do qual resultam as temáticas discutidas, e o domínio privado, onde se dá a recepção dos discursos mediáticos, os programas de informação televisiva criam um *espaço outro* que anula o conceito de centro dessas duas esferas. Nesse processo de comunicação, há um ponto de referência a partir do qual uma emissão se desenvolve: o estúdio onde tem lugar a conversação televisiva que cria os contornos para aquilo a que Fernando Pessoa chamou "mecanismos de outrar", ou seja, fixa atmosferas que situam os actores sociais num certo contexto comunicativo que promove, em diferentes graus, a espectacularização intrínseca à televisão. Numa tipologia sobre as manifestações do espectacular construída a partir do lugar do olhar do espectador em relação ao seu objecto, Gonzalez Requena (1995, p. 66-74) enquadra a televisão naquilo que designa como "modelo da cena-fantasma"[1], onde o espaço assume uma configuração concêntrica, pré-determinada pela posição da câmara que prevê antecipadamente o lugar (virtual) do olhar do espectador. Pela sua expansão na sociedade actual, a televisão pode considerar-se uma espécie de fagócito que, ao integrar múltiplos acontecimentos exteriores a si, acaba por impor a sua perspectiva espectacular de organização do espaço. Recriando uma espécie de parlamento, de fórum ou de sala de estar, os estúdios de informação televisiva instalam territórios que, a partir dali, se submetem ao modo de dizer e de mostrar dos códigos audiovisuais, acabando por formatar um certo olhar que temos sobre a realidade.

Esses territórios electrónicos que os programas de informação (re)criam não são zonas inertes, pois tornam possível uma televivência, ou seja, uma partilha de saberes/experiências que se faz à distância, mas em tempo real. Hoje, mais do que ontem, vive-se através da comunhão de imagens e de palavras que nos permitem vibrar em grupo com alguma coisa. Esses discursos colectivos são, segundo Michel Maffesoli (1993, p. 104-5), "o que protege e faz nascer o mundo". Apesar de reconhecer que no pequeno ecrã "o telespectador espera encontrar o contacto com as imagens da vida", Wunenburger (2000, p. 49) afirma existir aí uma vivência dos acontecimentos "de forma mimética ou por procuração". Essa realidade discursiva expande-se e revela-se permanentemente disponível porque assume uma imagem descorporizada, mas, ou talvez por causa disso, sedutora. Aquilo de que se fala está lá em representação de alguma coisa, mas muitas vezes vemos/escutamos isso como um prolongamento de nós e do nosso quotidiano. Não devemos, porém, encarar as emissões televisivas, nomeadamente as de informação, apenas como se de um espelho se tratasse, embora frequentemente isso possa acontecer, funcionando a TV como uma espécie de prótese. No entanto, não se olha o outro apenas porque é uma extensão nossa, mas também porque ele pode apontar outros caminhos, revelando-se, deste modo, como um periscópio que abre horizontes que ultrapassam aquilo que os nossos olhos são capazes de ver e os nossos

[1] Para além do *modelo da cena-fantasma*, Gonzalez Requena integra o espectacular nos seguintes modelos: *Modelo carnavalesco:* a cena é aberta e móvel, acessível a todos os sujeitos. Exemplo: festas populares; *Modelo circense:* a cena encontra-se fechada, ocupando um centro em torno do qual se colocam os espectadores em disposição circular. Exemplo: circo romano, provas desportivas; *Modelo da cena italiana:* com o teatro à italiana acede-se a uma nova configuração do espaço espectacular. Abandonam-se o círculo, a elipse e o amplo semicírculo do teatro greco-latino. Mais do que a opção geométrica, importa a revisão da relação posicional entre o espectador e o evento-espectáculo. Se até aqui era o evento-espectáculo que protagonizava a relação espectacular, com a disposição da cena teatral à italiana é o espectador que passa a ocupar o lugar privilegiado, acedendo a um pleno domínio visual do espectáculo.

ouvidos de escutar. Daí haver lugar na informação televisiva para um *saber vivido* e para um *saber sábio*. Um e outro são capazes de recriar cenas discursivas que podem ser estruturadas naquilo que Gonzalez Requena (1995, p. 66-67) diz ser um "dispositivo de simbologia" no qual cada um retira um sentido que ajuda a reconstruir o dia a dia. Esse tipo de operação exige um público activo, capaz de construir significados que ultrapassam aquilo que se produz na cena televisiva, ou seja, é preciso que a instância de recepção seja capaz de promover uma desterritorialização daquilo que se ouve/vê para, depois, proceder à respectiva reterritorialização em regiões que constituem a identidade de cada um. Essa é a diferença entre públicos activos e audiências passivas (Dayan, 2001) que uma emissão informativa pode potenciar, conforme os conteúdos que apresenta.

Serviço público de televisão: o lugar privilegiado para a diversidade de temas e para a pluralidade de vozes

Na nossa perspectiva, não há um jornalismo para o serviço público de televisão (SPT) e um jornalismo para as estações privadas. Mas pode (deve) haver uma informação que será mais específica dos operadores públicos. No que diz respeito ao trabalho que desenvolvem, os jornalistas de uma televisão pública ou privada têm as mesmas obrigações e os mesmos direitos: fazem parte da mesma classe com cujos elementos partilham princípios éticos e deontológicos e um quadro legal intrínsecos à profissão. No entanto, uma estação pública e uma estação privada não deveriam seguir a mesma engenharia de programação e as mesmas prioridades na construção dos alinhamentos dos noticiários. No caso português, a RTP está submetida a um Contrato de Concessão de Serviço Público assinado com o Estado e a cláusulas legais específicas fixadas na Constituição da República Portuguesa e na Lei da Televisão que a obrigam a especiais cuidados. Embora esses normativos tenham sido alvo de sucessivos ajustamentos ao longo do tempo, mantiveram-se algumas linhas estruturantes, nomeadamente as que procuram retirar a programação do operador público de uma vertente mais comercial e, no caso da informação, as que impõem uma linha editorial diversificada e promotora de cidadania.

Percorrendo a vasta literatura sobre o serviço público de televisão, encontram-se algumas idiossincrasias inerentes a esses operadores. Agrupamo-las, aqui, em dois conceitos: os princípios e os valores (Lopes, 1999). No que diz respeito aos primeiros, os principais serão:

Princípio de continuidade: diz respeito à regularidade de funcionamento esperada de determinada empresa pública (por exemplo: ininterrupta, nos hospitais; de acordo com a grelha anunciada, na TV).

Princípio de mutabilidade: impõe à televisão pública uma adaptação constante à sociedade. Se a actividade dos operadores públicos também passa pelo interesse do público, e como este se encontra em constante mutação, a palavra de ordem é a mudança.

Princípio da igualdade: é uma extensão do princípio jurídico que coloca todos os cidadãos ao mesmo nível perante a lei, impedindo qualquer espécie de discriminação. A igualdade pode também ser concebida em termos de oportunidade de participação nos canais de comunicação. Isto pressupõe uma atenção equitativa aos valores das maiorias e das minorias. A igualdade será tanto maior quanto maior for a diversidade das emissões.

Princípio de neutralidade: pressupõe que os serviços funcionem com vista a satisfazer o interesse geral, não cedendo a interesses particulares, manifestando-se como um princípio moral[2].

[2] Certos autores consideram a neutralidade como uma exigência do princípio da igualdade, mas, como lembra Jean-François Lachaume (1989), o princípio da neutralidade diz respeito aos deveres que os serviços públicos têm para

Participação dos cidadãos no funcionamento dos serviços públicos: princípio invocado por Jean-Marie Pontier (1996, p. 95), considerado fundamental para uma maior democratização da sociedade.

Jay Blumler e Wolfgang Hoffman-Riem (1992b, p. 202) fazem coincidir os objectivos da televisão pública com os princípios que a norteiam. Só assim a actividade televisiva consegue desprender-se dos jugos normativos, podendo construir uma programação alicerçada em valores específicos – que Blumler (1992, p. 22) designa como "vulneráveis"[3] – cuja apreensão se pretende que aconteça no interior da própria empresa por osmose e não pela força de qualquer legislação. Os princípios, já os conhecemos, apresentamos agora alguns dos valores que os estruturam:

Qualidade dos programas: sobreposta às leis do mercado, a qualidade liga-se intrinsecamente à essência do serviço público de televisão, do qual se espera um contributo importante para a inovação dos formatos televisivos, para a criatividade, para a capacidade de gerar debates de relevância social e para desenvolver a autenticidade e a riqueza expressivas dos conteúdos emitidos. A ligação da qualidade à promoção dos valores culturais é, com efeito, reiteradamente retomada pelos teóricos que estudam a televisão de serviço público. O conceito de qualidade também se traduz por uma procura constante de inovação. A tentação para repetir fórmulas já testadas é forte, mas os programadores/coordenadores de programas devem correr riscos, fazer coisas novas, surpreender, incutindo no telespectador a ideia de

com os seus utilizadores, enquanto o princípio de igualdade tem subjacentes os direitos dos utilizadores face aos serviços públicos.

[3] Termo apresentado pelo académico britânico Jay Blumler (1992, p. 22-41) para caracterizar os valores orientadores da televisão pública, contrapondo-os aos "*valores económicos*", considerados estruturantes da televisão privada. Para Blumler, os "*valores vulneráveis*" merecem uma protecção institucionalizada, particularmente no seio da televisão pública.

que aquilo que vê é mais do que mero acaso. Mais importante do que a variedade e a novidade é a não trivialidade.

Diversidade: uma programação diversificada nos planos regional, político e cultural é o que se espera dos operadores públicos. Emitindo para um conjunto de cidadãos com modos de vida diferenciados, a televisão de serviço público, mais do que as estações privadas, tem obrigação de reflectir nas suas emissões realidades multiformes, não apenas aquelas que chegam às maiorias, mas também aquelas que se restringem a grupos minoritários. Ao mesmo tempo em que satisfaz os interesses dos membros individuais de uma audiência, uma grelha diversificada promove a coesão entre grupos que habitam espaços físicos distintos e que estruturam o seu quotidiano através de sistemas específicos. Wolfgang Hoffmann-Riem (1992, p. 49) distingue diferentes dimensões a partir da diversidade:

- Orientada para o indivíduo ou o grupo, proporcionando-lhes oportunidades de expressão;
- Vocacionada para os temas;
- Integradora de realidades de diferentes áreas territoriais;
- Promotora de novos formatos.

Identidade cultural: conscientes de que as identidades colectivas atravessam um período de turbulência, os investigadores dos *media* veem no audiovisual um importante meio para consolidar a identidade cultural de um país. A fim de garantir a preservação desse valor, alguns países impuseram às estações de televisão, com incidência nos canais públicos, um reforço da língua nacional, serviços especiais para cada região e determinadas cotas de programas de produção nacional. Tendo como referência uma economia de televisão mista, Jay Blumler e Wolfgang Hoffman-Riem (1992, p. 211) reclamam para os operadores públicos uma atenção às necessidades culturais mais

autóctones. Paralelamente à cobertura dos sucessos nacionais, defende-se ser conveniente dar também a conhecer campos menos mediáticos.

Distanciamento face às fontes de financiamento: invocando o exemplo da BBC, Denis McQuail (1992, p. 102) diz ser necessário o esforço de separar a publicidade dos conteúdos programáticos dos canais públicos de televisão a fim de se conquistar um outro valor considerado fundamental nos operadores públicos: a *autonomia*. Ligado a esse valor encontra-se outro: a preocupação em impedir a transformação das emissões da televisão pública em produtos comerciais. As consequências de uma excessiva comercialização dos programas televisivos são, segundo Jay Blumler, as seguintes: o entretenimento sobrepor-se-ia à informação, os acontecimentos dramáticos e espectaculares tomariam o lugar da análise e debate e os responsáveis pela programação orientar-se-iam mais pelo interesse do público do que pela sua missão de promover a cidadania.

Se a conjunção dos princípios com os valores aqui enunciados provocaria já uma plêiade de definições do serviço público de televisão, a ponderação das idiossincrasias do panorama audiovisual de cada país aumenta as possibilidades desse tipo de enunciação. Se não há uma única definição que remeta para a essência de uma informação de serviço público, encontramos várias posições que legitimam a sua especificidade no audiovisual. Centrando-se nos programas de informação dos canais públicos, Cebrian Herreros (1998, p. 137-138) expõe as seguintes linhas de acção:

- Proporcionar uma visão global e contextualizadora dos assuntos;
- Procurar o contraste de fontes diversificadas;
- Fazer uma rigorosa depuração dos dados;
- Promover o aprofundamento das consequências sociais, políticas e económicas dos factos;

- Debater-se por um equilíbrio na cobertura territorial, social e cultural;
- Introduzir um enfoque pluralista e imparcial nas opiniões veiculadas.

Nessa linha, poder-se-ia acrescentar ainda os cuidados a ter ao nível da forma, quer de expressão, quer de conteúdo. Ensaiar novas maneiras de dizer e de ver é o desafio que se coloca a um operador do qual se espera que seja uma referência de excelência em qualquer panorama audiovisual.

No caso português, o serviço público de televisão (SPT) está concessionado aos oito canais da RTP (RTP1, RTP2, RTP Madeira, RTP Açores, RTPi, RTP África, RTP Memória e RTPN). Neste texto, ocupamo-nos do canal noticioso da rede do cabo: a RTPN que, segundo o Contrato de Concessão de Serviço Público (2008), se destina

> à prestação especializada de informação nas suas diferentes formas, designadamente noticiários, reportagens, documentários e debates, com destaque para temas, ideias e protagonistas não habitualmente representados na comunicação social, como os que relevam da área cultural ou científica, e concedendo especial atenção a temas com interesse para regiões e comunidades específicas (Cláusula 13).

Mais do que qualquer outro canal, a RTPN, se respeitar o documento que estabelece o acordo de concessão do SPT, deve ter um cuidado particular com a diversidade de temas e com a pluralidade de vozes. É evidente que os seus responsáveis podem escudar-se atrás do (frágil) argumento de que esse articulado tem de ser escrutinado à luz de toda a programação. Poder-se-á admitir esse ponto de vista, mas já será difícil aceitar que os principais programas de informação da RTPN passem à margem da essência daquilo que é estipulado para esse canal.

À Noite, as Notícias: quando o *plateau* privilegia o debate sobre a actualidade

Opções metodológicas

Percorrendo a oferta televisiva da RTPN, de setembro de 2008 a fevereiro de 2010, encontramos blocos noticiosos em todas as horas, havendo três noticiários que se salientam: *Notícias às 12*; *À Noite, as Notícias; Jornal das 24*. Essas edições são mais longas e pontuam franjas de programação.

Emitido em horário em que há mais público disponível para ver televisão e apresentado como uma das apostas da grelha, *À Noite, as Noticias*, um formato criado a 29 de setembro de 2008, pode assumir-se como uma espécie de navio almirante da informação desse canal. Com uma duração de duas horas, o alinhamento desse espaço de informação é estruturado por:

- Peças noticiosas;
- Entrevistas e debates em estúdio;
- Participação dos telespectadores através de um blogue coordenado por um segundo pivô.

É para o formato *À Noite, as Noticias* que dirigimos um olhar mais atento, analisando de modo particular a composição social do respectivo *plateau*. Ou seja, queremos perceber qual a parte da sociedade aí valorizada. Se conceptualmente o SPT se pauta por princípios e valores de igualdade e de diversidade, esperar-se-á que esse noticiário tenha um cuidado particular com a construção do alinhamento, nomeadamente com a escolha das pessoas que chama a estúdio para explicar ou debater tópicos que são, deste modo, destacados nas notícias. As nossas perguntas de partida são as seguintes:

- Sendo um canal temático de serviço público, a RTPN reflecte, através do seu principal programa de informação, aquilo que estipula o Contrato de Concessão de Serviço Público de Televisão?
- Feito alternadamente em dois pontos afastados do país (em Lisboa e em Gaia), *À Noite, as Notícias* consegue ter um ritmo semelhante conforme o lugar donde é emitido?
- O lugar onde se constroem as notícias tem influência na composição do *plateau* que pensa a actualidade noticiosa?

Para responder a essas questões, constituímos uma amostra com os alinhamentos das primeiras 20 semanas de emissão (entre 29 de setembro de 2008 até 13 de fevereiro de 2009), analisando um total de 94 emissões (47 emissões em Lisboa, 47 emissões em Gaia). Voltamos a repetir essa amostra de 20 semanas quando o noticiário completou o primeiro ano de emissões (entre 28 de setembro de 2009 a 12 de fevereiro de 2010), analisando um total de 95 emissões (47 emissões em Lisboa e 48 emissões em Gaia). Nessas emissões, procuramos analisar os convidados levados a estúdio criando para o efeito uma tipologia com as seguintes categorias:

- Analistas
- Associações/Sindicatos
- Cargos em órgãos públicos
- Cidadão Comum
- Economistas/Empresários
- Forças Policiais
- Governantes/Autarcas
- Jornalistas
- Juristas
- Membros da Igreja
- Partidos
- Pessoas ligadas às artes

- Sector produtivo
- Universitários
- Outros

O espaço social configurado no *plateau* informativo

Nas primeiras 20 semanas de emissões, esse noticiário recebeu em estúdio 282 convidados (142 em Lisboa, 140 no Porto). Passado um ano, somou 201 convidados (83 em Lisboa, 118 no Porto).

Percorrendo todos os convidados, não se notam diferenças de fundo nas prioridades editoriais estabelecidas nos dois locais de emissão (em Lisboa e em Gaia), embora no segundo ano de emissões se registe uma variação quantitativa significativa. Em ambos os períodos, os jornalistas são indubitavelmente os mais solicitados; em segundo lugar, estão os académicos; em terceiro, as associações e os sindicatos. Assinale-se que as elites políticas do poder, tradicionalmente a confraria detentora de um lugar cativo nos estúdios de informação, não conquistam aqui um lugar de assinalável destaque. Embora as análises feitas em estúdio sejam muito tributárias de ângulos políticos, os governantes e os deputados do chamado "arco do poder" perdem a habitual hegemonia da palavra televisiva. Não são eles – os mais bem-treinados na arte de colocar o poder em cena, os mais capazes para representar uma dramaturgia democrática, os mais habituados a conciliar um discurso persuasivo com as exigências mediáticas, mas nem sempre os mais habilitados para debater os temas em destaque – que os coordenadores desse noticiário privilegiam para falar dos acontecimentos do dia. Poder-se-ia dizer que a rubrica *Vice-Versa*, que coloca frente a frente dois convidados e que vai ao ar na segunda parte do jornal, preenche esse espaço político, embora os comentadores residentes dessa rubrica sejam oriundos de diferentes famílias partidárias. Essa opção por dar a prioridade aos especialistas é acertada, nomeadamente num canal de serviço público, sempre tão escrutinado (pressionado) do ponto de vista das presenças políticas. Poder-se-ia esperar mais desse *plateau* de (análise das) notícias: mais heterogeneidade social, mais mulheres, mais diversidade de nomes. Mas há sinais que assumem alguma singularidade dentro desse género de informação. Na estreia desse formato, convidou-se a fadista Mafalda Arnauth para falar do seu último trabalho. Para além da entrevista, a fadista interpretou um tema *a capella*. Esse rasgo de uma certa inovação não teve muitas réplicas ao longo do tempo, embora nas primeiras semanas de emissão se tivesse dado espaço ao actor Virgílio Castello, ao encenador Ricardo Pais e aos músicos André Sardet, Jorge Palma, Pedro Ayres de Magalhães e Carlos do Carmo.

Quadro 1: Número de convidados de *À Noite, as Notícias*

	Setembro de 2008 e fevereiro de 2009			Setembro de 2009 e fevereiro de 2010		
	Porto	Lisboa	Total	Porto	Lisboa	Total
Jornalistas	44	52	96	35	36	71
Universitários	21	21	42	21	5	26
Associações/ Sindicatos	21	17	38	16	9	25
Partidos	7	16	23	7	7	14
Governantes/Autarcas	10	6	16	12	7	19
Analistas	15	7	22	6	7	13
Cargos em órgãos públicos	5	4	9	9	4	13
Pessoas ligadas às Artes	4	4	8	-	-	
Juristas	3	4	7	4	3	7
Economistas/Empresários	3	2	5	1	1	2
Sector Produtivo	2	-	2	-	-	
Cidadão Comum	-	2	2	-	-	-
Forças Policiais	-	1	1	2	1	3
Membros da Igreja	-	1	1	2		2
Outros	5	5	10	3	3	6
	140	142	282	118	83	201

Olhando para o Quadro 1 reparamos que, no primeiro ano de emissões, as edições de Lisboa somam mais convidados do que as edições feitas a norte do país. No entanto, a diferença é residual e poderá ser mesmo anulada quando se atende a quem ocupa os *plateaux* da informação. Quando emitido a partir dos estúdios da capital do país, *À Noite, as Noticias* teve uma tendência para, em 2008/2009, fazer duplas de convidados (facto que contribui para aumentar o número de interlocutores no *plateau*) e repetir as mesmas pessoas em diferentes emissões. Detendo-nos na primeira categoria, verifica-se que os estúdios de Gaia receberam 21 jornalistas e Lisboa, 20 (que depois foram sendo repetidos noutras emissões até atingir o número que consta no Quadro 1). A norte há mais tendência para diversificar nomes, proveniências de órgãos de comunicação social e ligações a diferentes áreas temáticas, um traço que se manteve em 2009/2010, período que registou uma diminuição no número de convidados e também uma menor diversidade de perfis.

Em ambos os períodos, *À Noite, as Notícias* privilegiou os jornalistas no debate da actualidade do dia, principalmente aqueles que detêm cargos (de direcção ou de editoria) nos respectivos órgãos de comunicação social. Apesar do número da tabela não reflectir o número real de jornalistas chamados a estúdio (porque muitos deles repetem a sua participação nesse noticiário), refira-se que este grupo é diversificado. Os académicos constituíram outro grupo com grande presença nos *plateaux* desse formato informativo. A este nível evidencia-se uma grande variedade de nomes e de áreas. É verdade que os universitários são chamados a estúdio não para promoverem o agendamento das notícias a partir dos trabalhos que desenvolvem, mas para explicarem a noticiabilidade do dia. Mas nem sempre são interpelados para os casos mais ampliados no espaço mediático. Por vezes, destacam-se tópicos que tendem a permanecer nas margens. Por exemplo, a 13 de novembro de 2008, discutiu-se a demissão do Reitor da Universidade

Nova de Lisboa com o próprio protagonista do acontecimento e, com isso, abriu-se também o debate sobre o novo regime jurídico das universidades portuguesas. Ou então analisa-se um tema amplamente noticiado com um interlocutor imprevisível. Como aconteceu a 4 de novembro de 2008, quando se falou das eleições presidenciais norte-americanas com o professor de cultura e literatura norte-americana Mário Avelar. A opção por esse perfil de convidados introduz no alinhamento desse noticiário um "saber sábio" que, nesses anos, tem estado arredado dos *plateaux* informativos, como documenta uma investigação nossa que incidiu na análise dos convidados dos programas de informação dos canais generalistas entre 1993 e 2005 (Lopes, 2007). Ao chamar para o estúdio esses especialistas de diferentes domínios (ciência política, genética, ciência jurídica, finanças, literatura, sociologia, psicologia...), *À Noite, as Notícias* garante a exposição de pontos de vista universais, na medida em que esses interlocutores devolvem conhecimentos para lá da subjectividade de quem os profere. Essa linha editorial é comum nas edições de Lisboa e de Gaia.

Assinale-se também o facto de emergir, nesse programa, um grupo a quem o campo mediático consagrou como analistas. Não tendo carteira profissional de jornalista, esses interlocutores assumem papéis muito idênticos àqueles que pertencem profissionalmente, e por direito, ao campo do jornalismo. Sublinhe-se que esse seu estatuto de comentador – de futebol, de cinema, de assuntos militar etc. – lhes advém em grande parte de uma notoriedade conferida pela sua presença em vários palcos mediáticos.

Outro dos grupos visíveis nesse noticiário é o dos profissionais que, nesse *plateau*, falam, sobretudo, enquanto grupo organizado: em sindicatos e em associações. E é exactamente assim que eles aparecem em grande número. E por várias razões. Porque têm canais de comunicação privilegiados com as redacções dos meios de comunicação social, criando frequentemente noticiabilidade. Porque sabem falar ao ritmo da televisão e mostram-se disponíveis para participarem em debates promovi-

dos em estúdio. Porque, ao ocuparem os *plateaux* de informação televisiva, conquistam uma visibilidade que reforça o seu poder no interior do seu grupo. Porque os jornalistas constroem grande parte da sua agenda de contactos com esse tipo de interlocutores. Percorrendo os alinhamentos do noticiário da noite da RTPN, encontramos representantes dos sindicatos com grande força social (UGT e CGTP), mas também nos deparamos com associações habitualmente ignoradas no discurso televisivo, como a associação portuguesa de empresas de mediação mobiliária, a associação portuguesa de técnicos de segurança e protecção civil, a associação de cidadãos automobilizados, a associação de têxteis de Portugal, a associação dos oficiais das Forças Armadas.

Quem continua a ficar fora dos *plateaux* informativos são as profissões técnicas e do sector produtivo. Sébastien Rouquette, que estudou pormenorizadamente os convidados dos programas de informação da TV francesa, já havia constatado essa dificuldade em integrar esses perfis numa conversação televisiva caracterizada pelo traço racional. O que pergunta um jornalista a um agricultor? (Quase) nada, poder-se-á argumentar. Ou então, de outra forma: o que sabe o jornalista de agricultura para conversar com um agricultor? Num trabalho em que procuramos saber "quem fala do quê" nos debates televisivos dos canais generalistas portugueses (1993-2005), encontramos o mesmo vazio (Lopes, 2007). *À Noite, as Noticias* não é aqui a excepção, embora, a 8 de dezembro, o *pivot* Carlos Daniel tenha aberto as portas do seu estúdio a um produtor de vinho e a 23 de dezembro tenha repetido a experiência, iniciando a conversa assim: "Boa noite Álvaro de Castro. Como é produzir vinho no Dão... e chegar aos restaurantes e ouvir perguntar se queremos um Douro ou um Alentejo?" Essa opção poderia ser retomada com outros profissionais: engenheiros, biólogos, designers, arquitectos…

Outro grupo atirado para uma ampla margem silenciosa é o cidadão comum. A palavra do testemunho – "a palavra profana", como diria Domique Mehl (1996, p. 8) – não é muito ouvida

na cena pública televisiva, apesar de estar muito presente nas peças noticiosas dos alinhamentos dos noticiários. A este nível, o discurso da experiência pode suplantar o discurso dos saberes, mas no *plateau* informativo o espaço parece ainda reservado aos iniciados. Não é esta uma particularidade dos canais portugueses. Reportando-se à realidade americana, John Langer (2000, p. 127) assegura que "os modos de vida, as preocupações, os sentimentos, a escala de valores dos meios populares parecem estranhos aos jornalistas em geral e aos jornalistas que conduzem os debates em particular". Eis uma explicação para a ausência do cidadão comum do espaço social televisivo. Sébastien Rouquette (2001) encontrou o mesmo quadro ao estudar os debates televisivos dos canais franceses e explicou-o por aquilo que diz ser a incapacidade que os jornalistas manifestam para entrevistar o "cidadão standard". Outra das razões relaciona-se com a desvalorização da vida anódina que, aos olhos dos profissionais da televisão, apenas interessaria quando colocada ao serviço do espectáculo das emoções. O trabalho manual também é ignorado pelo discurso mediático, que apenas lhe dá alguma atenção em situações negativas atravessadas pelos traços do acidente ou ruptura. Tendo em conta esses dados, Rouquette lança uma pergunta pertinente:

> Como é que uma máquina que produz produtos culturais de massa como a TV ignora uma larga parte da população quando se trata de lhe dar a palavra? Contradição grande, na medida em que o grande público não existe, se não for enquanto público popular (2001, p. 148).

Na nossa amostra relativa a 2008/2009, *À Noite, as Noticias* chamou por duas vezes pessoas ao estúdio para exporem os seus pontos de vista a partir das suas experiências enquanto soropositivo (1 de dezembro de 2008) e enquanto vítima de violência doméstica (12 de fevereiro de 2009). Na amostra de 2009/2010, não se registou qualquer presença nessa categoria.

Ao contrário dos convidados que são convocados para explicarem situações impessoais, a participação desses "profanos" (pessoas que não são habituais nos *plateaux* informativos, mas que mantêm um laço existencial com o assunto tratado) é reclamada para exporem determinadas experiências, ou seja, um vivido que se partilha em público, relatado por interlocutores que, não tendo legitimidade para falar em nome de ninguém, representam uma parte importante do corpo social: a do cidadão comum. Tratou-se aqui de experiências pontuais. Que poderiam (mereceriam) ser repetidas, para falar de situações negativas e positivas. A verdade é que a presença desses anónimos no *plateau* não é habitual. Frequentemente fala-se mais *a respeito deles* do que propriamente *com eles*.

No que diz respeito ao género, nas primeiras semanas de emissão nota-se um certo equilíbrio ao nível da presença de mulheres no estúdio de Lisboa. Embora as mulheres sejam em menor número entre os convidados, na capital elas adquirem, nesse período, uma visibilidade que não têm a norte. Maria Flor Pedroso, Márcia Rodrigues, Maria João Avillez, Helena Garrido, Helena Matos, Teresa de Sousa, Inês Serra Lopes são nomes a quem a coordenação de *À Noite, as Notícias* reconhece legitimidade suficiente para comentar a actualidade noticiosa. Talvez porque essas jornalistas também conquistaram uma certa liderança no interior dos órgãos em que trabalham e a televisão mais não faz do que reproduzir esse poder, reforçando-o. Passado um ano de emissões, *À Noite, as Notícias* integra as mulheres numa espécie de espiral do silêncio. A norte, elas somam 11 presenças entre os 118 convidados; na capital esse número cai para sete entre os 83 convidados.

Se os políticos não têm a habitual liderança no que diz respeito às presenças em estúdio, isso não se deve ao facto de esse formato os ignorar. Apesar de, progressivamente, *À Noite, as Notícias* ter dado mais espaço aos interlocutores da área política – quer àqueles que integram estruturas partidárias, quer àqueles

que ocupam cargos políticos (nas autarquias ou no Governo) – eles não são o grupo mais visível e isso em parte poderá ser explicado pelo facto de esse noticiário ter, na segunda hora, um espaço fixo de debate centrado num ângulo político que progride por um enfoque ideológico-programático. *Vice-Versa* é uma rubrica com dois convidados, escolhidos num leque pré-estabelecido de interlocutores oriundos de dois universos: do mundo académico e das diferentes famílias partidárias. Esse frente a frente faz-se por uma dialéctica argumental, normalmente bem-musculada devido a esses convidados apresentarem posições ideológicas que os coloca nos antípodas um do outro. Num ensaio sobre o Portugal contemporâneo, José Gil defende que a televisão "cria um espaço artificial, com regras pré-determinadas que limitam a espontaneidade das intervenções, o acaso e a participação desse 'fora' que faz toda a riqueza da expressão pública" (2005, p. 24-5). Não é assim que se caracteriza esse espaço. Ocupando 15 a 20 minutos, *Vice-Versa* encontra nos assuntos políticos grande parte do mote das discussões, feitas com o traço do racional e salientando diferentes ângulos argumentativos.

Quadro 2: Número de convidados da rubrica *Vice-Versa*

	2008/2009	209/2010
PS	48	35
PSD	44	29
CDS	24	43
PCP	18	23
BE	15	27
Não políticos	39	19
Total	118	

Do ponto de vista partidário, nota-se um cuidado em respeitar o desenho do parlamento português e um certo esforço por equilibrar as participações (embora haja, por vezes,

pontuais desequilíbrios, que depois podem ser neutralizados, quando esse quadro for ponderado anualmente). É interessante o facto de interlocutores não pertencentes a partidos ganharem aqui expressividade, nomeadamente quando as emissões são feitas a norte.

Não poderemos dizer que esse espaço espelha o ideal da esfera pública preconizado por Jürgen Habermas (igualdade daqueles que participavam nos debates, interesse geral das discussões, não exclusão dos públicos...), mas é certamente um passo em frente no sentido de alargar o espaço público contemporâneo, abrindo-o a outros intervenientes (grande parte dos convidados dessa rubrica não têm lugares de relevo dentro dos partidos políticos), reforçando assim a capacidade de o pequeno ecrã se converter na "ágora deliberativa no nosso tempo", uma possibilidade que Victoria Camps (2004, p. 45) pensa ser dificilmente recuperável.

Embora as discussões sejam (excessivamente) declinadas quase sempre no masculino, *Vice-Versa* promove um debate que problematiza questões actuais, de interesse público, sem ser *voyeurista* naquilo que procura saber, nem intimista nas perguntas formuladas aos respectivos interlocutores. Nem sempre os tópicos se concentram no campo político, embora seja aí que o debate encontre as suas principais referências. Aliás, a diversificação dos campos sociais em debate poderá ser um dos grandes desafios desse espaço que, neste tempo, ficou, de certa forma, por cumprir.

Notas finais

Num livro em que aborda o lugar do jornalismo na esfera pública contemporânea, José Luis Dader considera que "a administração que os jornalistas fazem do espaço público é mais decisiva do que a administração social tradicional, embora seja esta quem dá as respostas definitivas" (1992, p. 157). Partilhamos esse ponto de vista e acrescentamos que dele resultam maiores responsabilidades para o campo jornalístico, que tem, assim, de encontrar um ponto de equilíbrio entre as forças de mercado que lhes exigem audiências e a opinião pública a quem deve ser proporcionada uma informação que potencie um espaço público mais diversificado, mais participativo, mais imune ao *voyeurismo* e mais preocupado com as questões relevantes dos vários campos sociais. Entre os desiludidos e os optimistas, talvez valha a pena procurar uma terceira via que, em vez de se situar naquilo que deve ser a televisão, interrogue o que faz o pequeno ecrã para reconstruir um espaço público televisivo mais equilibrado.

Analisando o *plateau* do *À Noite, as Noticias* ao longo de 40 semanas, encontramos nele sinais que contrariam uma evolução da informação televisiva que, nos últimos anos, tem sido dominada por um grupo extremamente reduzido de elites que se perpetua no poder de acordo com a sua capacidade de circulação no espaço público televisivo. "Quem não aparece nos *media* não existe para a realidade política e quem aparece esporadicamente e com uma imagem disfuncional será um elemento marginal", escreve Sanchez Noriega (1997, p. 244), que reconhece igualmente que "hoje seria improvável que alguns líderes de épocas pré-mediáticas tivessem existido" (1997, p. 254)[4]. Concisão naquilo que se diz e expressividade na forma como se diz são actualmente traços exigidos ao discurso de qualquer convidado a participar numa entrevista/debate televisivos, porque também interessa fixar os telespectadores à emissão, evitando o *zapping*. A isto junta-se frequentemente o capital de notoriedade. Nesse

[4] Numa investigação que fez sobre os debates políticos promovidos na RTP, Sena (2002, p. 105-6) lembra o debate que ocorreu, a 6 de novembro de 1975, entre Álvaro Cunhal e Mário Soares. No programa *Responder ao País*, os dois líderes debateram durante cerca de três horas e meia, havendo apenas um intervalo. Cunhal falou 1h38 e Soares, 1h40. Actualmente nenhum programa televisivo se atreveria a repetir o formato dessa emissão.

quadro, o grupo dos seleccionáveis nunca poderá muito extenso. Ora, o noticiário da RTPN rompe, ainda que de forma algo tímida, com esse modelo, trazendo para estúdio pessoas que se seleccionam também de acordo com o seu saber sobre determinada matéria e não apenas em função da sua projecção pública.

O estudo que desenvolvemos aqui permite-nos responder afirmativamente às três questões que colocámos anteriormente. Atendendo à composição do *plateau*, o principal noticiário da RTPN respeita aquilo que estipula o Contrato de Concessão de Serviço Público de Televisão, na medida em que integra "protagonistas não habitualmente representados na comunicação social, como os que relevam da área cultural ou científica". Ao longo das semanas que analisámos, esse estúdio trouxe a estúdio vários rostos sem qualquer projecção pública, embora, claro, os notáveis (as elites políticas e os detentores de cargos públicos de destaque) continuem com lugar cativo nos estúdios informativos.

Olhando para os números, não se notam diferenças substanciais entre as edições feitas nos diferentes estúdios (em Lisboa e em Gaia). Pelo contrário, há um equilíbrio assinalável que salienta uma linha editorial idêntica em ambos os lados. As categorias mais requisitadas para analisar os temas do dia tendem a coincidir.

Não havendo diferenças numéricas nem de perfil a assinalar, poder-se-ia levantar a seguinte questão: haverá razões que justifiquem que se alterne esse noticiário a norte e a sul do país? Da nossa análise, conclui-se que o lugar onde se constroem as notícias tem influência na composição do *plateau* que pensa a actualidade noticiosa. Muitos dos convidados que passaram pelos dois estúdios (de Lisboa e de Gaia) apenas participaram dessas emissões devido ao facto de o noticiário ter aí a respectiva coordenação e emissão. Na nossa perspectiva, a emissão bicéfala é decisiva no cumprimento daquilo que o Contrato de Concessão de Serviço Público de Televisão estipula para esse canal temático: apresentar uma informação diversificada e participativa.

Referências

BLUMLER, *Jay (ed). Television and the public interest*. London: Sage Publications, 1992.

BLUMLER, Jay; HOFFMAN-RIEM, Wolfgang. "New roles for public service television". In: Jay Blumler (ed). *Television and the public interest*. London: Sage Publications, 1992b.

CAMPS, Victoria. "Opinión pública, liberdad de expresión y derecho a la información". In: *Ética de los medios: una apuesta por la ciudadanía audiovisual*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.

CASTELLS, Manuel. *La era de la información: economía, sociedad y cultura*. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

HERREROS, Mariano Cebrian. *Información televisiva: mediaciones, contenidos, expresión y programación*. Madrid: Ed. Síntesis, 1998.

CORNU, Daniel. *Jornalismo e verdade: para uma ética da informação*. Instituto Piaget, 1999.

DADER, José Luis. *El periodista en el espacio público*. Barcelona: Bosch, 1992.

DARRAS, Éric. "*Un paysan à la télé: nouvelles mises en scène du politique*". "*Réseaux*", nº 63, 1994.

DAYAN, Daniel. "Publics, Publics Figures, Presque-Publics". Conferências da Arrábida, 2001, (texto policopiado).

GIL, José. *Portugal, Hoje. O medo de existir*. Relógio d' Água, 2005.

REQUENA, Jesús Gonzalez. *El discurso televisivo: espectáculo de la posmodernidad*. Madrid: Catedra, 1995.

HOFFMAN-RIEM, Wolfgang. "Protecting Vulnerable Values in the German Broadcasting Order". In: Jay Blumler (ed), *Television and the public interest*. London: Sage Publications, 1992.

LACALLE, Charo. *El espectador televisivo. Los programas de entretenimiento*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2001.

LACHAUME, Jean-François. *Grands services publics*. Paris: Masson, 1989.

LANGER, John. *La televisión sensacionalista: el periodismo popular e las "outras noticias"*. Paidós Comunicación, 2000.

LOPES, Felisbela. *A TV do real*. Coimbra: Ed. Minerva, 2008.

_____. *A TV das elites*. Porto: Campo das Letras, 2007.

_____.. *O telejornal e o serviço público*. Coimbra: Ed. Minerva, 1999.

MAFFESOLI, Michel. *La contemplation du monde: figures du style communautaire*. Ed. Grasset, 1993.

_____. *Aux Creux des Apparences: pour une éthique de l'esthétique*. Ed. Plon, 1990.

McQUAIL, Denis. "The Netherlands: Safeguarding Freedom and Diversity under Multichannel Conditions". In: Jay Blumler (ed). *Television and the public interest*. London: Sage Publications, 1992.

MEHL, Dominique. *La télévision de l'intimité. Essai Politique*. Paris: Seuil, 1996.

MEYROWITZ, Joshua. *No sense of place the impact of electronic media on social behavior*. Ed. Oxford University Press, 1986.

NOËLLE-NEUMANN, Elisabeth. "La espiral del silencio. Una teoria de la opinión pública". In: Ferry, Jean-Marc *et al. El nuevo espacio publico*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1995.

PONTIER, Jean-Marie. *Les services publics*. Paris: Hachette Supérieur, 1996.

QUÉRÉ, Louis. *Des miroirs équivoques: aux origines de la communication moderne*. Ed Aubier, 1982.

ROUQUETTE, Sébastien. *L'impopulaire télévision populaire: logiques sociales, professionnelles et normatives des palabres télévisées*. Paris: L'Harmattan, 2001.

NORIEGA, José Luis Sánchez. *Crítica de la seducción mediática*. Ed. Tecnos, 1997.

SENA, Nilza Mouzinho. *A interpretação política do debate televisivo: 1974/1999*. Universidade Técnica de Lisboa, 2002.

TÉTU, J. F. "L'Actualité ou l'Impasse du Temps". In: D. Bougnoux (dir). *Sciences de l'Information et de la Communication*. Paris: Larousse, 1993.

WOLTON, Dominique. *Penser la communication*. Flammarion, 1997.

WUNENBURGER, Jean-Jacques. *L'homme à l'âge de la télévision*. PUF, 2000.

DOCUMENTOS LEGAIS: Contrato de Concessão de Serviço Público de Televisão, 2008.